



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

## Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio				
Título:	Reunião Ordinária N. 37				
Local:	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA Quadra 601 Bloco K, Brasília, DF				
Data da reunião:	13/08/2014	Hora de início:	09:00	Hora de encerramento:	12:40

## Pauta da Reunião

**09:00h** - Abertura

**09:05h** - Aprovação da ata da 36ª Reunião

**09:10h** Avisos:

- Avisos da Secretaria

- Avisos da Coordenação das Câmaras

**09:20h** - Peso por Eixo – Relato sobre preocupações da ABRAFRIGO

**09:40h** – Processo de Fusão da ALL – COSAN

**10:10h** – ANUT - Desempenho Financeiro MRS / Regulamentação de Tarifas Acessórias

**10:40h** – Hidrovias – Estabelecimento de agenda de acompanhamento / cobrança

- Manifestação de apoio a Diretoria da Antaq

- Prejuízos à navegação na hidrovia Paraná - Tietê

- Licitação de Três Irmãos

**11:10h** – Navegação de Cabotagem

**11:40h** - Portos Marítimos

- Proposição constante do PL 7814/2014, - Altera a Lei dos Portos

**12:10h** – Cobrança de tarifas de cadastro de armazéns pela CONAB

**12:20h** - IN 29/2013 – Certificados Fitossanitários

**12:40h** – Assuntos Gerais

LOCAL DE REUNIÃO:

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

SGAN Quadra 601, Módulo K - Brasília, DF CEP: 70830-021

Fone: +55 61 2109-1400 Fax: +55 61 2109-1490

## Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	José Ramos Torres de Melo Filho	CNA	PR	
2	Luiz Antônio Fayet	CNA	PR	
3	CARLOS ALBERTO NUNES BATISTA		PR	
4	OSCAR AFONSO DA SILVA JUNIOR		PR	
5	Sinval Tadeu de Amaral Reis	ABCAO	PR	
6	CARLOS ROGERIO FRANCO FIGUEIREDO	ABIEC	PR	
7	WAGNER DE SOUSA MOREIRA	ABTP	PR	
8	Roberto Carsalade Queiroga	ACEBRA	PR	
9	Luis Augusto Preto	ANA	PR	
10	Pery Passotti Pedro	ANEA	PR	
11	Sérgio Castanho Teixeira Mendes	ANEA	PR	
12	Sérgio Castanho Teixeira Mendes	ANEC	PR	



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

13	Adalberto Tokarski	ANTAQ	PR	
14	MARCELLA S. CUNHA	ANTF	PR	
15	Guilherme Oliveira Braga	CDP	PR	
16	José Lourenço Pechtoll	CEAGESP	PR	
17	José Ribamar Miranda Dias	CNI	PR	
18	Jefferson Rodrigues Bayer	CODESA	PR	
19	Paulo Fernando Amorim de Campos	FECOAGRO/RS	PR	
20	Marcelo Chaves Neri dos Santos	FENAMAR	PR	
21	Carlos Alberto Pereira de Albuquerque	IBRAF	PR	
22	Fabiano Chaves da Silva	MPOG	PR	
23	Paulo Carneiro Junqueira	OCB	PR	
24	JOSE BENONI CARNEIRO	SPA/MAPA	PR	
25	José Perboyre Ferreira Gomes	UBABEF	PR	
26	João Tomelin	UBABEF	PR	
27	Miguel Rubens Tranin	FNS	PR	
28	Liliam Santos	GS1 Brasil	PR	
29	LEANDRO PIRES BEZERRA DE LIMA	CGAC/SE/MAPA	CO	
30	SAMARONE FORTUNATO MARINS ARITA	CGAC/SE/MAPA	CO	
31	Anna Paola	ANTT	CO	
32	Juliana Pires P. Naves	ANTT	CO	
33	Sandra R. A. Bezerra	CNA	CO	

PR - presente / CO - convidado

## Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata: Não

### Desenvolvimento

#### 1. Abertura da Reunião - Presidente da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio, Sr. José Ramos Torres de Melo Filho.

Às nove horas do dia treze de agosto de 2014, no Auditório da CNA, foi aberta a Trigesima Sétima Reunião Ordinária da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística pelo Sr. José Ramos Torres de Melo Filho, Presidente da Câmara, que saudou a todos e agradeceu pela presença.

#### 2. Apreciação e Aprovação da Ata da 36ª Reunião Ordinária.

Submetida à aprovação do plenário, a Ata da 36ª Reunião Ordinária, encaminhada previamente, por meio eletrônico, foi aprovada, sem ressalvas, por unanimidade.

#### 3. Avisos da Secretaria da Câmara e da CGAC.

Sr. Carlos Alberto Nunes Batista, Secretário da Câmara, informou que, por opção do Senhor Ministro da Agricultura, os trabalhos da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística atualmente estão abrigados na Secretaria de Política Agrícola (SPA/MAPA), cujo titular tem acompanhado com atenção e interesse a atuação e propostas do colegiado. Em seguida o Sr. Oscar Afonso Da Silva Junior, Representante CGAC, informou sobre a 3ª Edição da publicação (2014-2015) "Gestão Sustentável na Agricultura", que se encerra no dia trinta e um de agosto do ano corrente, mencionando que maiores informações sobre o assunto serão encaminhadas aos membros para conhecimento.

#### 4. Peso por Eixo – Relato sobre preocupações da ABRAFRIGO

Sr. Roberto Carsalade Queiroga, Representante da ACEBRA, mencionou que o tema foi pautado por proposta da ABRAFRIGO. Entretanto, aquela instituição desistiu e entendeu não ser esse o momento para se manifestar. Fez um relato sobre o trabalho do Grupo de Trabalho, onde foi possível alcançar uma solução para a questão, mediante permanente mobilização para propor as alterações nos parâmetros estabelecidos em portaria do Conselho Nacional de Trânsito



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

(CONTRAN), ação que resultou na redução de oitenta por cento das multas. Ainda mencionou que o tema está inserido dentro da lei dos motoristas, com apresentação de destaques para o texto. Nesse sentido ressaltou três pontos importantes a serem monitorados dentro do processo legislativo: 1) A não cobrança de tarifa de pedágio para eixo suspenso; 2) a ameaça de destaques alterando de quatro para duas horas extras a possibilidade de ampliação da jornada do motorista; 3) eventuais tentativas de redução dos níveis de tolerância do excesso de peso por eixo, até aqui definido. Relatou ainda sobre destaque para a retirada dessa proposta e por isso a importância do acompanhamento da pauta junto ao legislativo. Apesar disso considera a etapa vencida, lembrando que o assunto vem sendo trabalhado e acompanhado pela CTLOG desde o ano 2012. Em seguida Sr. José Torres de Mello, Presidente da Câmara, citou reunião com líderes partidários para obter informação sobre as propostas, ocasião onde foi relatado que os líderes não são favoráveis à proposta de duas horas extras na jornada rodoviária. Por fim relatou sobre a dedicação de cinco entidades da CTLOG, que sob a coordenação da ACEBRA, não mediram esforços para alcançar os resultados esperados por todos, por refletir diretamente no custo do frete rodoviário.

## 5. Processo de Fusão da ALL – COSAN.

Sr. Luiz Antônio Fayet, Representante da CNA, relatou que algumas entidades membro da câmara sentiram desconforto com o anúncio da fusão devido às características do novo sócio. Nesse sentido foi formado um grupo de trabalho que dado à insatisfação de um lado e a oportunidade de reestruturação econômica do setor do outro, reuniu-se para uma análise da questão cuja conclusão foi a de apoiar a fusão mediante condições, visto que a ALL tem quatro contratos de concessão com prazos diferenciados de vencimento e características e malhas ferroviárias distintas. Lembrou por exemplo que a malha do Rio Grande do Sul (RS) é diferente da malha Sudeste, que abrange São Paulo principal polo econômico do país. Desse modo ressaltou a importância de considerar os contratos em separado, de modo que a análise abranja o comportamento da concessionária, os investimentos por malha, bem como a estrutura de colaboração entre usuários e concessionários. Nesse sentido elaborou-se uma síntese do assunto e uma audiência na ANTT foi realizada para expor várias preocupações de caráter mais genérico. Mencionou apreensão com o tema, pois notícias veiculadas pela mídia transmitiam a ideia de contrariedade, entretanto reforçou apoio ao processo com ressalvas de considerarem-se as características de cada concessão e o convívio entre usuários, agência e concessionários. Informou que receberam o relatório do CADE com trezentos e setenta e sete páginas referente ao processo de fusão e que da leitura do material constatou-se que o processo reconhece deficiências operacionais e contempla a necessidade de mudar a história das concessões da ALL. Comunicou que dia doze de agosto foi o prazo para manifestação junto ao órgão de defesa econômica e que algumas entidades ao manifestarem-se continuam favoráveis ao processo com a condicionante de um termo de ajuste de conduta no novo contrato para preservar o interesse dos usuários por serem áreas distintas na sua natureza econômica. Nesse sentido informou que o GT permanece mobilizado, pois há a preocupação com a macroorientação de defesa dos usuários. Por fim relatou a esperança de que entre duas ou três semanas seja anunciado o resultado, que acredita positivo para o setor e com excelente solução sobre o processo de fusão. Reforçou a importância de monitorar tais resultados evitando-se instabilidade jurídica, anacrônica para o setor. Sr. Roberto Carsalade Queiroga, Representante da ACEBRA, mencionou duas situações reais: o processo de fusão e a situação ruim do setor ferroviário. Desse modo reforçou a importância de concentrar energia para aprimorar e garantir o direito dos usuários em usar a malha. Reforçou ainda que o GT não se mostrou contrário à fusão, mas considerou aproveitar a oportunidade de melhorar a relação entre e com as concessionárias. Sr. Torres de Mello, Presidente da Câmara, mencionou a presença do Sr. José Di Bella Filho, Representante da Cosan e aproveitou a oportunidade para solicitar informação com respeito ao processo em debate. O Sr. José Di Bella Filho agradeceu a oportunidade de participar da reunião e relatou que a Rumo é uma empresa do grupo Cosan, que tem origem em um projeto de transformação de melhoria de exportação do açúcar, priorizando o transporte ferroviário. Explicou que o projeto visa à recepção do açúcar das usinas e transporte do produto até terminais, entre os quais o Porto de Santos para destinação aos mercados internacionais. Como exemplo de estratégia semelhante, citou a cadeia integrada de minério, cuja matriz logística será espelho para o açúcar. Nesse sentido mencionou os investimentos em vagões, locomotivas, construção de terminais com maior capacidade de armazenagem e no Porto de Santos, sendo que tal dimensionamento objetiva implementar aperfeiçoamentos na logística. Explicou que todo o investimento se realiza caso a cadeia funcione, pois há alto investimento e comprometimento de recursos. Com respeito às preocupações de outros setores, citou que o processo é a oportunidade de melhorar o desempenho das ferrovias com pretensão de atendimento do mercado de maneira global. Nesse sentido ressaltou que o volume de açúcar transportado representa em torno de um e meio por cento do volume das operações e informou que já houve manifestação sobre isso em diversos fóruns, tais como o da ANUT, onde foram debatidos os gargalos e oportunidades de investimento no setor ferroviário. Por fim mencionou que com investimentos em materiais de qualidade é possível performar muito mais rápido, e que, portanto há condições de aumentar o volume de carga transportado com ganhos de desempenho para o mercado através da implementação do conceito de cadeia logística integrada.

Sr. Torres de Mello reforçou a preocupação mencionada sobre os contratos específicos das malhas e questionou se o aumento de eficiência virá com a redução dos custos aos usuários. Sr. José Di Bella Filho respondeu que os investimentos estão atrelados a competitividade, e, portanto é de se esperar queda no frete. Com respeito às malhas comentou que apresentam características específicas e que a empresa tem conhecimento em investimentos de infraestrutura. Sr. Miguel Rubens Tranin, Representante do Fórum Sucroenergético (FNS), relatou que, assim como FAEP e ALCOPAR, foram contrários à fusão por entender que os números não estão na mesma medida. Explicou que as razões se devem ao fato de haver concorrência horizontal e vertical aos produtos agrícolas e mencionou que o processo fosse realizado nos moldes do novo conceito de concessão. Relatou que em virtude da fusão trazer riscos aos usuários, federações de comércio e indústria



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

do estado do Paraná demonstram preocupação e cautela com o processo.

Sr. Torres de Mello relatou que devido à complexidade do tema o plenário não teria condições de avançar. Sugeriu a criação de um grupo de trabalho com entidades interessadas para esgotar o tema e buscar consenso. Diante disso o assunto foi pautado para dar conhecimento sobre os debates as outras entidades. Com respeito ao assunto reforçou que é preciso buscar conciliação e encontrar a solução para as mais importantes malhas ferroviárias no Brasil. Sr. Paulo Carneiro Junqueira, Representante da OCB, perguntou se a ferrovia Norte Sul está inserida no processo de fusão e se há um projeto de interligação com outras ferrovias. Sr. Luiz Antônio Fayet comentou que sob aspecto formal não está prevista, mas que há questões de interligação sendo tratadas no Ministério dos Transportes (MT) e ANTT.

Por fim o Sr. Torres de Mello, reforçou sua preocupação com a logística de transporte de cargas, mas com as novas informações sobre o tema declarou que sai mais tranquilo da reunião.

## 6. Portos Marítimos - Proposição constante do PL 7814/2014, - Altera a Lei dos Portos

O Presidente da CTLOG comentou sobre o Projeto de Lei 7.814 e as propostas da ABTP que tratam de propostas para avançar no desenvolvimento do setor portuário. Solicitou ao Sr. Wagner de Sousa Moreira, Representante da ABTP, apresentar informações sobre o trabalho. O Representante e Diretor Técnico da ABTP comentou que o trabalho da entidade é relativo a proposta de evolução na legislação e regulamentação do sistema portuário brasileiro. Nesse sentido e contextualizando, relatou investimentos no setor de infraestrutura, mas que apesar disso o segmento foi afetado pelo novo marco jurídico mesmo com tópicos que permitiram alguns avanços. Assim comentou que no quesito segurança jurídica é preciso ajustes para auxiliar os investidores. Disse que é dentro desse cenário que a ABTP apresentou as propostas de evolução que se subdividiu em quatro tópicos básicos. Com respeito ao primeiro tópico denominado Segurança Jurídica relatou sobre a necessidade de redução de custos e aumento da competitividade dos portos brasileiros, revisão dos critérios de arrendamento nos portos organizados, sua divulgação pela Secretaria Especial de Portos (SEP) e preservação do direito adquirido. No tópico Governança citou a complexidade relacionada a questão de recursos humanos no setor portuário, comentou sobre a retirada de poder dos Conselhos de Autoridade Portuária (CAP's) - que diminuiu a participação dos usuários e centralizou as decisões, sendo adequado o restabelecimento do papel deliberativo do conselho -, mencionou a perda de autonomia da agência reguladora ANTAQ com necessidade de restauração do seu papel, modernização da legislação, renovação do quadro e por fim realçou a necessidade de ajustar os serviços de praticagem permitindo a redução dos custos, agilidade, aumento da competitividade e regulação do ponto de vista técnico. No que se refere à Relação Capital-Trabalho, Sr. Wagner citou como pontos fundamentais a liberdade de contratação de mão de obra, plano de incentivo a aposentadoria, redução de contingente e qualificação do trabalhador portuário, unificação das categorias em uma única extinguindo a separação, maior qualificação, aumento de salários e ascensão profissional. Por fim ao abordar a componente Infraestrutura relatou que a entidade propõe a continuidade dos projetos de dragagem que possibilita acessos marítimos e o cancelamento de ato infralegal referente aos espelhos d'água. Concluiu mencionou que as propostas são fundamentais para baixar custos e destravar investimentos de modo a proporcionar competitividade. Explicou por último que a ideia geral do Projeto de Lei é atuar na centralização e retomar as competências do CAP, respeitando-se o papel deliberativo e de representatividade.

Sr. Torres de Mello comentou que o assunto é da maior importância e desse modo propôs criar um GT permanente para analisar as propostas. Citou ainda artigo de imprensa que retrata o volume de investimentos e projetos no setor portuário, e falou sobre ausência de licitação na área de portos organizados, em especial os Terminais de Uso Privado (TUP), algo complexo. Reforçou a criação do grupo de trabalho dentro da câmara de logística.

Em seguida o Sr. Luiz Antônio Fayet, Representante da CNA, disse que o documento propõe a revisão da Lei nº 12.815/2013 e que a grande preocupação com a nova legislação portuária diz respeito ao centralismo, discricionariedade e aleatoriedade. Mencionou acerca de artigo publicado sobre o tema pelo Sr. José Ribamar Miranda Dias, Representante da CNI, e que ambos os documentos destacam a questão de governança. Nesse aspecto comentou sobre o enfraquecimento da agência reguladora devido à perda de funções e a mudança na sistemática do CAP. Relatou que o mecanismo foi fundamental na gestão dos portos, mas que atualmente os CAP's estão enfraquecidos, portanto considera fundamental o fortalecimento da comunidade usuária no comitê.

Sr. José Ribamar Miranda Dias, Representante da CNI, esclareceu que o trabalho é de caráter pessoal, e que resolveu distribuir a diversas entidades, entre as quais a CNI onde é conselheiro. Comentou que apesar dos riscos de execução e concretização do modelo legal concebido, a regulamentação veio para resolver grandes problemas. Em seguida, comentou sobre a criação dos Terminais de Uso Privado (TUP), citando a legislação sobre o tema cujo objetivo é proteger a verticalização da cadeia logística para o setor produtivo. Reforçou a importância de ter terminais especialistas e parabenizou o trabalho da ABTP que retrata os pontos de discussão com isenção e imparcialidade. Relatou preocupações na construção do modelo, alteração das regras por norma infralegal e citou pesquisa de opinião dos usuários sobre terminais portuários com a seguinte classificação: Itapoá, Porto Nage e Porto de Suape. Por fim comentou que se devem comparar terminais dentro e fora dos portos organizados.

Em seguida a Sra. Marcella Cunha, Representante da ANTF, fez um convite aos membros da CTLOG, para participar do VI Brasil nos Trilhos, que terá como slogan "Agenda 2020 –Desafios e Oportunidades – Carga e Passageiros" e ocorrerá nos próximos dias 20 e 21 de agosto, em Brasília/DF. O convite será encaminhado em meio eletrônico aos membros da câmara.





# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

## 7. Cabotagem.

Sr. Luiz Antônio Fayet relatou que o agronegócio evoluiu, mas que a população ainda não tem consciência da dimensão desse fato. Citando o ranking mundial 2012, lembrou que nos anos setenta o país era importador de commodities, produzindo efeitos internos na economia. Ao projetar saldo da balança comercial, informou que o setor por ser competitivo é estratégico para o país. Lembrou que o agronegócio nasceu no Sul e migrou para novas fronteiras, tendo a necessidade de buscar alternativas de exportação. Nesse sentido mencionou as dimensões continentais, pelo que o Brasil não pode ser comparado a países vizinhos em sua magnitude devido a características tão diferentes. Outro aspecto citado pelo representante é que o país produz trinta e cinco por cento do consumo mundial de alimentos, complementando dessa forma a necessidade do hemisfério norte. Desse modo mostrou que o país é diferente do que era quarenta anos atrás e segundo perspectivas até o fim da década será o maior exportador mundial do agro. Seguindo, mencionou riscos para o setor, tais como, cartelização, perda de produtividade, descontrole do déficit público, dívida pública e balança comercial de pagamentos. Citou também desafios futuros do país, como, necessidade de choques de oferta de estrutura e aumento das entradas de participações, alertando que é preciso corrigir o rumo. Com respeito à questão de cabotagem, lembrou que a legislação tem cinquenta anos e desse modo não tem acompanhado a realidade do agronegócio. Seguindo projetou gráfico de cabotagem no Brasil e mencionou os principais obstáculos a esse modal: vinculação com a construção naval, dificuldade para importar embarcações, tributação, custos operacionais inflados e risco de apagão portuário. Relatou ainda que é preciso uma revolução na política de navegação, de longo curso e cabotagem, ajustes das atividades ao processo de globalização, mudança na matriz de transportes, aumento da competitividade sistêmica, eliminação do abortamento de oportunidades econômicas, alavancagem de novas produções e de novos produtos e redução do custo social dos investimentos em sistemas terrestres. Desse modo informou que avanços na cabotagem levariam ao descongestionamento das estradas, maiores trocas entre estados, desenvolvimento da indústria naval, racionalização de custo e aumento competitividade. Por fim citou que o primeiro estudo sobre cabotagem na câmara foi feito no ano de 2005 e que a falta de reformulação da política marítima e de navegação limitará o desenvolvimento econômico.

Sr. Torres de Mello afirmou que a antecipação de debates a nível do Congresso Nacional, para propor ações no próximo ano é importante e serve para recuperar ideias antigas e manter a persistência sobre os temas.

Sr. José Ribamar Miranda Dias, Representante da CNI, comentou que a cabotagem vem apresentando crescimento no setor de contêineres, em taxas cada vez maiores. Informou que isso representa benefícios para o agro, ao proporcionar a containerização dos graneis, o que já acontece em pequena escala, no transporte da soja para a China. Por outro lado, falou que junto ao crescimento da cabotagem, com contêineres, a industrialização deveria ser incentivada em maior escala que a exportação de commodities. De forma geral mencionou a necessidade de incentivo a navegação brasileira e citou preocupação da CNI no desenvolvimento desse setor. Por fim, comentou sobre os riscos da navegação, que é uma atividade econômica volátil, e da necessidade de incentivo para a consolidação do setor.

Sr. Guilherme Oliveira Braga, Representante da CDP, comentou que o problema se resume a regulação, atualmente exorbitante. Nesse sentido citou dificuldade na tarifação, falta de política para modais. Sr. Luiz Antônio Fayet, comentou que setores muito regulados possuem dificuldades em avançar, pois a regulação é excessiva e a gestão centralizada.

## 8. Cobrança de tarifas de cadastro de armazéns pela CONAB

Sr. Paulo Carneiro Junqueira, Representante da OCB, informou sobre a publicação de Resolução da CONAB instituindo cobrança de tarifa para fins de cadastramento de armazéns. Relatou que o setor foi surpreendido com a exigência, que demanda recursos e lembrou da exigência da certificação, que também onera o armazém. Por fim ressaltou que o setor luta com problemas de rentabilidade e que diante dessa situação solicita apoio da câmara para encaminhar moção ao Ministro, pedindo a suspensão de mais esse encargo.

Sr. Roberto Carsalade Queiroga, Representante da ACEBRA, relatou conversas com a CONAB para tratar do tema, e ouviu que a cobrança decorre da necessidade de custear despesas com deslocamento desde a superintendência, para viabilizar o trabalho da companhia. Nesse aspecto foi descortinada a clara preocupação com questões orçamentárias, embora a cobrança venha de encontro aos esforços do Governo para solucionar o déficit de armazenagem.

Sobre o tema o Sr Carlos Alberto Nunes Batista, Secretário da Câmara, informou que a partir da manifestação da OCB e de representantes dos armazenadores, o assunto foi reportado ao Secretário de Política Agrícola do MAPA, que convocando o presidente daquela companhia, noticiou o descontentamento do setor, discorrendo sobre os impactos negativos da medida, em relação às diretrizes do governo, inseridas no Plano Agrícola de Pecuário 2014 – 2015, para ampliar a capacidade estática instalada no país, no curto e médio prazos, com recursos e condições mais acessíveis aos interessados. Adicionalmente o titular da SPA se dispôs a negociar com a Fazenda Nacional a suplementação de recursos necessária a consecução do cadastro de armazéns. Em virtude da consistência dos argumentos apresentados e a legitimidade da postulação do Secretário, o Presidente da CONAB se comprometeu a reavaliar a medida, que posteriormente foi suspensa e a medida noticiada a todas as Superintendências Regionais, para que acompanhassem a decisão da administração da companhia. Sr. Paulo Carneiro Junqueira, manifestou agradecimentos pela acertada condução do tema por parte do governo, na figura da Secretaria de Política Agrícola do MAPA..

Sr. Torres de Mello, mencionou que caso necessário será encaminhado posicionamento da câmara acerca do assunto.

Sr. Sérgio Castanho Teixeira Mendes, Representante da ANEC, relatou a busca por novas rotas para exportação, citando o possível embarque de milho via porto de Rosário, na Argentina. Informou sobre o estabelecimento de um protocolo entre



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Brasil e Argentina para levar a mercadoria até Rosário, onde receberia o Certificado Fitossanitário, para exportação. Falou que o assunto está sendo tratado pelo Departamento de Sanidade Vegetal, sem evolução e os exportadores aguardam uma definição do MAPA sobre o assunto. O Sr. Carlos Alberto Nunes, esclareceu que por determinação do Secretário de Política Agrícola, está acompanhando a evolução desse tema. Continuando, o Sr. Sérgio Mendes relatou problema com a cobrança imposta ao exportador, sobre armazenagem de container de algodão não coletado pelo embarcador, assunto sob gestão da ANTAQ. Sobre isso o Sr. Adalberto Tokarski, Representante da ANTAQ, relatou a atribuição da agência na regulação do tema e que a nova diretoria colocou como prioridade olhar mais de perto a navegação de longo curso, inclusive com o aumento da fiscalização. Informou que normalmente a denúncia chega tarde e dificulta a tomada de ação pelo órgão. Outro aspecto mencionado é que alguns assuntos precisam de informações mais consistentes para embasar uma ação com maior rapidez.

Sr. Luiz Antônio Fayet sugeriu a divulgação de informações sobre os tipos de situações e procedimentos a serem observados em demandas desse tipo. Mencionou que a empresa solicita ao operador o carregamento da carga e não sendo cumprido esse elo do contrato o assunto deveria ser noticiado a ANTAQ. A proposta seria de dar publicidade sobre esse tipo de evento, as providências da agência e as consequências decorrentes. .

Sr. José Di Bella Filho falou que a ocorrência pode ter duas motivações: overbooking ou alteração de programação. Relatou ainda que há sistemas de governo, o Siscomex Carga e Porto Sem Papel, que poderiam auxiliar a ANTAQ em suas ações.

## 9. IN 29/2013 – Certificados Fitossanitários

Sr. Luiz Antônio Faye rememorou a reunião da câmara, em abril de 2014, quando representante da AEB apresentou ponderações com respeito a IN 29/2013, que regula a emissão de certificados fitossanitários, em especial quanto as dificuldades encontradas para apresentar as exigências do país importador e a questão da obrigatoriedade da tradução juramentada do documento, para cada um dos processos de exportação. Lembrou que na ocasião, por deliberação do colegiado da CTLOG, foi encaminhado ofício ao Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, discorrendo sobre a exacerbação da norma e solicitando um reestudo da medida e até a presente data não houve resposta sobre o assunto. Desse modo solicitou que o assunto seja reiterado.

Ainda sobre o tema o Sr. Sérgio Castanho Teixeira Mendes informou que a entidade tem enviado informações e documentos sobre exigências fitossanitárias, de diversos países, ao Departamento de Sanidade Vegetal (DSV) para fins de consolidação.

## 10. Hidrovias – Estabelecimento de agenda de acompanhamento / cobrança

- Manifestação de apoio a Diretoria da Antaq
- Prejuízos à navegação na hidrovia Paraná - Tietê
- Licitação de Três Irmãos

O Sr. Adalberto Tokarski, se manifestando a respeito da navegação na Hidrovia Paraná-Tietê, informou que a ANTAQ já se posicionou sobre o assunto. Esclareceu que os reservatórios que foram depleccionados continuam gerando energia e que o governo do estado depleccionou com a anuência da NOS- Operador Nacional do Sistema. Entretanto relatou que não houve solução, com a redução do nível de duas barragens no meio da hidrovia. Desse modo ressaltou que o setor precisa aprender com a situação, pois se trata de impacto a navegação interior. Defendendo o modal, reforçou que a situação causa descrédito e que é preciso esclarecer quem vai regular o uso múltiplo da água, em todas as suas destinações.

Sr. Torres de Mello questionou o motivo da cota mínima estabelecida pela Marinha Mercante não ser respeitada.

Sr. Adalberto Tokarski mencionou um vácuo na regulação e alertou que empresas estão realizando investimentos, contando com o transporte na hidrovia, citando exemplo do setor de celulose. Portanto situações como essa podem representar perdas econômicas importantes. Em seguida mencionou a participação em reunião bilateral Brasil-Argentina para tratar do uso de hidrovia entre os dois países, objeto de acordo antigo e que volta a ser debatido após dois anos. Nesse aspecto, mencionou que a Argentina vem criando várias restrições, e, portanto, setores brasileiros procuraram o MRE e ANTAQ para tratar do tema. Desse modo a agência propôs a realização de estudo para buscar elementos nesse processo de uso da hidrovia e compreender as razões da redução do uso da hidrovia por parte das empresas. Por fim citou a ocorrência de segunda rodada para tratar de agenda positiva.

Com respeito à hidrovia Paraná-Tietê, Sr. Luiz Antônio Fayet informou sobre o movimento de mais de seis milhões e meio de toneladas, que transportados pelo único corredor multimodal do país (rodo-hidro-ferroviário), contribui para a regularidade do movimento no Porto de Santos. Explicou que a hidrovia vem sendo consolidada e aprimorada há anos, mas enfrenta alguns episódios contrários ao seu desenvolvimento, a exemplo do edital de licitação da Hidrelétrica de Três Irmãos e Pereira Barreto que desconsiderou a operação das eclusas. Relatou ser esta a única hidrovia que funciona, mas que nesse caso, houve desrespeito às orientações dos demais órgãos intervenientes, inclusive a Marinha. Por fim lembrou que o tema navegação interior tem sido citado e que as ações da ANA e governo de SP devem ser articuladas com o outros órgãos.

Sr. José Di Bella Filho citou a lei que rege o tema, informando ter participado do Fórum Nacional de Recursos Hídricos, onde fica claro que a água, destinada ao uso humano (dessedentação) é prioritária. Informou que a gestão de recursos hídricos é atribuição da ANA.

Sr. Paulo Carneiro Junqueira falou sobre os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH), informando que participou do CBH do rio Paraíba do Sul e não viu medidas concretas por parte do colegiado, exceto no que se refere a outorgas.

Em seguida Sr. Adalberto Tokarski, Representante da ANTAQ, citou investimentos da Transpetro e o controle da navegação pela AHRANA – Administração da Hidrovia do Paraná, DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e ANA



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

– Agência Nacional de Águas. Informou que foi solicitada agenda na Casa Civil para tratar o assunto, até então não confirmada. Desse modo relatou que o Ministério dos Transportes tem sido afetado em virtude dos planos e investimentos constantes do planejamento do órgão. Nesse sentido considera fundamental que o MT e a EPL – Empresa de Planejamento e Logística se manifestem a respeito do quadro instalado.

Sr. Luis Augusto Preto, Representante da ANA, reforçou que o gabinete da agência está aberto para tratar dessas questões. Explicou que o fundamento permeia qualquer atividade relacionada a gestão dos recursos hídricos e que em relação a navegação não há outorga. Informou que a outorga é diretriz que deve ser respeitada, mas nesse caso não se aplica. Mencionou a dupla dominialidade, relacionada ao risco do estado ou da união e com a gestão federal e estadual. Explicou que a cobrança dos comitês é feita pelo uso de captação, e que os recursos arrecadados são revertidos ao comitê para uso em sua região de abrangência. Portanto, os recursos são devolvidos integralmente ao comitê, sendo a cobrança em virtude do uso de um bem público. Por fim relatou que a questão atual é decorrente do volume insuficiente de água nos reservatórios.

Sr. Adalberto Tokarski relatou a necessidade de ajustes entre os órgãos e mencionou que um ente privado não pode controlar o uso da água em detrimento dos demais usuários. Desse modo esclareceu que faltam instrumentos para ANA, e que uma solução se faz necessária, propondo o acompanhamento do Ministério da Agricultura.

O Sr. Torres de Mello informou que o assunto vem sendo tratado na CTLOG, mas que ainda não houve uma solução entre as agências e, portanto considera que o problema deve ser levado ao Ministério dos Transportes e Casa Civil, devido à indefinição sobre a gestão das águas.

## 11. Encerramento.

Por fim o Sr. José Torres de Mello, Presidente da Câmara, comentou sobre projeto lei em apreciação no legislativo, que enquadra na agricultura familiar qualquer propriedade com mais de seis módulos fiscais. Ressaltou a relevância do Ministério da Agricultura em acompanhar a proposta. Na sua visão considera frágil a proposta e, portanto solicitará a CNA preparar uma redação para encaminhar o assunto. Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Presidente da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio – CTLOG, encerrou a Reunião as doze horas e cinquenta e cinco minutos.

## Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------

## Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

## Dados da próxima reunião

Local:			
Data da reunião:		Hora de início:	
Pauta da Reunião			

## Anexos

Arquivo	Descrição
---------	-----------